

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

Sexta-feira, 10 de Maio de 2002

IV

Série

Número 66

Sumário

BANCO MADESANT, SOCIEDADE UNIPessoal, S.A.
Relatório de Contas do Ano de 2000

BANCO MADESANT, SOCIEDADE UNIPessoal, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Ao Accionista de

Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A.

- 1 - Nos termos do mandato que nos conferiram e em conformidade com a legislação em vigor, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar o parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2000 de Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco.
- 2 - No desempenho das nossas funções acompanhamos a actividade do Banco ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos livros e documentos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e respectivos serviços do Banco, todas as informações e esclarecimentos solicitados.
- 3 - No âmbito das nossas funções, examinámos as contas do exercício de 2000 de Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000, as demonstrações de resultados e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo nesta data, o respectivo anexo e ainda o Relatório de Gestão para o exercício de 2000 elaborado pelo Conselho de Administração do Banco. O nosso exame foi efectuado de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis, sendo suportado, do ponto de vista técnico, pela Certificação Legal das Contas datada de 5 de Fevereiro de 2001, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas e Vogal deste Conselho, com a qual expressamente concordamos e consideramos reproduzida neste documento.
- 4 - Face ao exposto, excepto para o efeito da reserva mencionada no parágrafo 4 da Certificação Legal das Contas, somos de opinião que os documentos de prestação de contas do Banco acima referidos, os quais compreendem as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 e o Relatório de Gestão do exercício de 2000, estão em conformidade com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis em Portugal para o Sistema Bancário.
- 5 - Assim, somos de parecer que a Assembleia Geral poderá aprovar os supracitados documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2000, bem como as propostas expressas no Relatório de Gestão do Conselho de Administração do Banco.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2001.

António José Correia de Jesus, Presidente

Luís Filipe Menezes Gonçalves, Vogal

António Dias e Associados - SROC, Representada por António Marques Dias, Vogal

António Dias e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 43
Registo na CMVM n.º 231
NIPC 501776311

Certificação Legal das Contas

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

Introdução

- 1 - Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (uma entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano, Nota 1), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000 (que evidencia um total de mEsc. 465.099.983 e capitais próprios no montante de mEsc. 226.824.083, incluindo um resultado líquido de mEsc. 45.548.473), as demonstrações de resultados e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo nesta data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

- 2 - É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, os resultados das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, sobre aquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 3 - O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que o nosso exame proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

- 4 - Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o Banco tem constituído um "Fundo para riscos bancários gerais" no montante de mEsc. 60.000.000 (Nota 25), que se destina a cobrir riscos que se poderão eventualmente materializar no futuro, pelo que não deveria ter sido registado como um custo do exercício de 1998 e, conseqüentemente, deveria ser considerado como parte dos capitais próprios naquela data.

Opinião

- 5 - Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto mencionado no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. em 31 de Dezembro de 2000, bem como os resultados das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sistema Bancário.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2001

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS - SROC, REPRESENTADA POR ANTÓNIO MARQUES DIAS,

RELATÓRIO DE GESTÃO**BANCO MADESANT - SOCIEDADE UNIPessoal, S.A.**

Nos termos da lei, vimos apresentar a V. Exas o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2000.

1 - ACTIVIDADES

Durante o presente exercício, a sociedade exerceu a actividade bancária universal compreendida no seu objecto social, no âmbito institucional do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

Durante o exercício de 2000 e no seguimento de um trabalho já desenvolvido durante o exercício anterior, a sociedade concluiu as formalidades destinadas a registar-se como intermediário financeiro junto da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), para o exercício das actividades de gestão de carteira de valores mobiliários pertencente a

terceiros e de consultadoria sobre investimentos em valores mobiliários. Posteriormente, e ainda no decurso do presente exercício, a sociedade solicitou o cancelamento do seu registo como intermediário financeiro para o exercício da actividade de gestão de carteira de valores mobiliários pertencente a terceiros, em virtude de ter sido tomada a decisão da sociedade não prestar tais serviços.

Acresce que, em virtude da entrada em vigor do novo Código de Mercado de Valores Mobiliários no dia 1 de Março de 2000, a sociedade solicitou ainda o seu registo como intermediário financeiro para o exercício da actividade de negociação por conta própria em valores mobiliários, registo esse que foi realizado pela CMVM e que ainda hoje se mantém em vigor.

Por último, a sociedade, na sua qualidade de instituição de crédito, passou a participar durante o ano de 2000 no Sistema de Indemnização aos Investidores, tendo cumprido todas as formalidades e obrigações legais daí decorrentes durante o presente exercício.

O exercício de 2000 foi ainda marcado pelo facto da sociedade não ter sido afectada por qualquer contingência relacionada com a passagem do ano ao nível informático, situação que se ficou a dever à execução e implementação com total sucesso do Plano de Contingências especialmente concebido para fazer face à questão da passagem do ano 2000, em colaboração com o Grupo Santander Central Hispano.

Por outro lado, importa realçar que as actividades do Banco durante o exercício de 2000 apresentaram um significativo aumento traduzido nomeadamente no facto do balanço, por saldos médios, ter passado de Esc. 522.784.401.870\$00 em 31 de Dezembro de 1999 para Esc. 729.899.149.505\$00 em 31 de Dezembro de 2000.

O Conselho de Administração manifesta, neste relatório, a sua gratidão pela colaboração eficiente e dedicada de todos os colaboradores do Banco no decurso do presente exercício, a qual foi indispensável para a obtenção dos resultados positivos alcançados.

A sociedade não é devedora de quaisquer contribuições à segurança social ou à administração fiscal.

II - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício de 2000, não ocorreram quaisquer factos relevantes.

III - EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA SOCIEDADE

Perspectiva-se para 2001 a continuação do exercício da actividade bancária universal no quadro do Centro Internacional de Negócios da Madeira,

nomeadamente tendo em conta o regime legal e fiscal aplicável às instituições de crédito licenciadas para operar naquele Centro.

Releva-se que, em resultado da Reforma Fiscal recentemente aprovada pelo Parlamento Português e que entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro de 2001, foi alterada a alínea c) do n.º 1 do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

IV - NÚMERO E VALOR NOMINAL DE ACÇÕES PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO

A sociedade não detém quaisquer acções próprias, não tendo adquirido ou alienado quaisquer acções próprias durante o presente exercício.

V - AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

VI - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício foram resultados positivos no montante de Esc. 45.548.472.554\$00 (quarenta e cinco mil quinhentos e quarenta e oito milhões quatrocentos e setenta e dois mil quinhentos e cinquentas e quatro escudos), pelo que o Conselho de Administração propõe que os resultados apurados sejam distribuídos da seguinte forma:

- O montante de Esc. 4.554.847.255\$00 seja transferido para Reserva Legal;
- O montante de Esc. 1.800.000.000\$00 seja distribuído a título de dividendos à sócia única ALJARDI - SGPS, LDA.
- O remanescente, no montante de Esc. 39.193.623.299\$00, seja transferido para Resultados Transitados.

Funchal, 2 de Fevereiro de 2001.

O Conselho de Administração

Presidente - Martin Manuel Armas Aguiar

Vogal - Ignacio Cepeda Fernandez Miranda

Vogal - José Benigno Pérez Rico

BANCO MADESANT, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

ACTIVO	Notas	2000		1999		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2000	1999
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	47	51	-	51	400	Débitos para com instituições de crédito:			
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	48	39.237	-	39.237	25.182	b)- A prazo ou com pré-aviso	18	-	70.905,451
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	76.586,553	-	76.586,553	107.053,412	Débitos para com clientes:			
Créditos sobre clientes	14	302.174,565	-	302.174,565	463.173,164	b)- Outros débitos	18	40.304,775	241.494,815
Acções e outros títulos de rendimento variável	10	56.111,763	(1.200,988)	54.910,775	92.932,567	Outros passivos	31	3.530	3.146
Imobilizações corpóreas	11	60,188	(28,139)	32,049	41,129	Contas de regularização	27	6.921,227	5.299,581
(Das quais: Imóveis)	11	(9,069)	-	(6,727)	(7,634)	Provisões para riscos e encargos:			
Outros activos	31	256	-	256	12.133,539	b)- Outras provisões	25	646,368	2.338,118
Contas de regularização	27	31.356,497	-	31.356,497	14.007,328	Fundo para riscos bancários gerais	25	65.400,000	63.050,000
						Passivos subordinados	22	125.000,000	125.000,000
						Capital subscrito	49	25.000,000	25.000,000
						Reservas	50	2.075,519	589,837
						Prestações acessórias	50	100.000,000	100.000,000
						Resultados transitados	50	54.200,091	40.828,956
						Lucro do exercício		45.548,473	14.856,817
TOTAL DO ACTIVO		466.329.110	(1.229.127)	465.099.983	689.366.721	TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO		465.099.983	689.366.721
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS:									
Compromissos	23			272.450,815	90.024,615				

BANCO MADESANT, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Montantes expressos em milhares de Escudos)

CUSTOS	Notas	2000	1999	PROVEITOS	Notas	2000	1999
Juros e custos equiparados	52	26,926,313	14,039,789	Juros e proveitos equiparados	51	33,895,444	16,175,878
Comissões		466,923	900,826	Rendimento de títulos		-	775,150
Prejuízos em operações financeiras	53	99,744,739	352,669,274	Lucros em operações financeiras	53	140,000,016	356,810,256
Gastos gerais administrativos				Reposições e anulações de provisões	25	4,739,768	79,272,366
a) Custos com pessoal	54	130,563	109,905	Outros proveitos de exploração		-	833
Dos quais:				Ganhos extraordinários	39	475	163,537
(- Salários e vencimentos)	54	(85,301)	(78,215)				
(- Encargos sociais)	54	(5,400)	(4,469)				
(Dos quais: Com pensões)		-	-				
b) Outros gastos administrativos		91,568	94,659				
Amortizações do exercício	11	12,390	11,174				
Outros custos de exploração		360	350				
Provisões do exercício	25	5,706,974	70,510,842				
Perdas extraordinárias		376					
Outros impostos		7,024	4,384				
Lucro do exercício		45,548,473	14,856,817				
		<u>178,635,703</u>	<u>453,198,020</u>			<u>178,635,703</u>	<u>453,198,020</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

BANCO MADESANT, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Montantes expressos em milhares de Escudos)

	2000	1999
ORIGEM DE FUNDOS:		
Gerados pelas operações:		
Lucro do exercício	45,548,473	14,856,817
Amortizações do exercício	12,390	11,174
Dotações/(reposições) liquidadas de provisões	967,205	(8,781,524)
	<u>46,528,068</u>	<u>6,106,467</u>
Aumentos no passivo:		
Débitos para com clientes	-	241,494,815
Outros passivos	384	-
Contas de regularização	1,621,646	-
	<u>1,622,030</u>	<u>241,494,815</u>
Diminuições no activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	349	-
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	-	264,737
Outros créditos sobre instituições de crédito	30,466,859	155,465,046
Créditos sobre clientes	160,999,599	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	37,712,837	-
Outros activos	12,133,283	52,978,524
	<u>241,311,927</u>	<u>208,708,307</u>
	<u>289,462,025</u>	<u>456,309,589</u>
APLICAÇÃO DE FUNDOS:		
Aumentos no activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	270
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	14,055	-
Créditos sobre clientes	-	368,096,313
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	49,535,637
Imobilizações corpóreas	3,310	12,947
Outros activos	-	-
Contas de regularização	17,349,169	12,292,183
	<u>17,366,534</u>	<u>429,937,350</u>
Diminuições no passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	70,905,451	11,780,578
Débitos para com clientes	201,190,040	-
Outros passivos	-	1,035
Contas de regularização	-	14,590,626
	<u>272,095,491</u>	<u>26,372,239</u>
	<u>289,462,025</u>	<u>456,309,589</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 (Montantes expressos em milhares de escudos -mEsc.)

1 - ACTIVIDADE ECONÓMICA

Em Janeiro de 1998, o Banco de Portugal autorizou a constituição de Banco Madasant, Sociedade Unipessoal, S.A. (sociedade anónima constituída em 22 de Dezembro de 1994 com a denominação social de Madasant – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, S.A.), que tem por objecto a actividade e todas as operações permitidas por lei aos bancos, nos termos constantes dos estatutos já depositados e devidamente autorizados pelo Banco de Portugal. O Banco tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito no Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M, de 5 de Setembro.

Até 31 de Dezembro de 2000, o Banco financiou-se essencialmente junto de outras entidades do Grupo Santander Central Hispano sob a forma

de passivos subordinados e depósitos, os quais foram aplicados, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, nomeadamente a entidades do Grupo Santander Central Hispano, e em acções cotadas em bolsas internacionais, tendo prestado ainda outros serviços bancários.

Conforme indicado na Nota 49, o Banco é detido pela Aljardi SGPS, Lda. (entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano) e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Banco ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 - BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar para o sector, estabelecida pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2000 estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que as demonstrações financeiras irão ser aprovadas sem alterações significativas pela Assembleia Geral.

Em 31 de Dezembro de 2000, a situação líquida do Banco pode ser resumida como segue:

Capital subscrito	25.000.000
Reservas	2.075.519
Prestações acessórias	100.000.000
Resultados transitados	54.200.091
Lucro do exercício	<u>45.548.473</u>
	<u>226.824.083</u>

3.2 - Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

- a) Especialização de exercícios
- i) Registo de juros - Em geral, os juros das operações activas ou passivas reconhecem-se de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados.
- ii) Outros proveitos e custos - O Banco reconhece, em geral, os outros proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.
- b) Transacções em moeda estrangeira
- As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Este sistema prevê que todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Escudos com base no câmbio oficial de divisas da data do balanço, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, excepto no que diz respeito aos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos em Escudos ao câmbio médio do mês, indicado pelo Banco de Portugal. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial e, sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas da posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação se descreve a seguir:
- i) Posição à vista - A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido de activos e passivos expressos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de "fixing" do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos.

- ii) Posição a prazo - A posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em Escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas são registadas nas rubricas "Contas de regularização - Reavaliação da posição cambial a prazo" (Nota 27) por contrapartida de custos ou proveitos. As operações de permuta de divisas ("swap") e outras operações de fixação de câmbio não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo, sendo o respectivo prémio ou desconto amortizado durante o período de vida da operação por contrapartida de custos ou proveitos (Nota 27.2).

- c) Provisão para riscos gerais de crédito
- Nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, esta provisão de carácter genérico, corresponde a 1% do total de crédito concedido pelo Banco não vencido, incluindo os empréstimos de títulos e excluindo, entre outros, o relativo a operações com instituições garantidas por administrações centrais de países da Zona A.

- d) Aplicações em títulos
- Os títulos do Banco estão integrados, nomeadamente, nos índices das bolsas internacionais e encontram-se classificados como títulos de negociação, dado que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não pode exceder seis meses.

- As acções e outros títulos de rendimento variável são valorizadas ao custo de aquisição e os dividendos recebidos são minorados ao custo de aquisição dos títulos. Adicionalmente, estes títulos são reavaliados diariamente com base na cotação e as diferenças, negativas ou positivas, que resultam da aplicação deste critério, são registadas como custos ou proveitos, excepto nos títulos de rendimento variável não integrados nos índices das bolsas internacionais, sem liquidez adequada, segundo a lista indicada pelo Banco de Portugal, para os quais só são reflectidas na demonstração de resultados as diferenças negativas.

- e) Imobilizações corpóreas
- As obras em edifícios arrendados, equipamento e outras imobilizações encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais são consideradas razoáveis do ponto de vista económico. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3 - 4
Material de transporte	4
Outro equipamento	4 - 8

- f) Operações com produtos derivados
- i) Contratos de opções em mercado de balcão ("OTC") - As transacções inerentes à celebração destes contratos são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor contratado em divisa. Os montantes dos prémios recebidos por opções vendidas ou dos prémios das opções compradas são contabilizados como um proveito ou custo em suspenso, respectivamente, até à data em que ocorra a execução dos contratos ou até à data de vencimento. Adicionalmente, à data de preparação das demonstrações financeiras estes contratos são avaliados de acordo com um sistema de prudente valorização que permite estimar a probabilidade de ocorrência de perdas, as quais são registadas em resultados. Para este efeito, são registados como prejuízos (por contrapartida de contas de

- regularização) os montantes correspondentes às diferenças entre o valor de exercício das opções de venda ou de compra e o valor do activo ou elemento subjacente.
- ii) Contratos de futuros – As posições próprias são valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de “Lucros e prejuízos em operações financeiras”.
- iii) Equity swaps – As posições de compra e venda detidas em contratos de equity swap são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor do notional contratado e na respectiva divisa (Nota 23). Estas operações são valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveitos ou custos nas correspondentes rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras (Nota 53), ajustando-se também o valor das respectivas rubricas extrapatrimoniais de acordo com os preços de mercado. Por outro lado, os custos e proveitos de financiamento inerentes a estas operações são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios e registados nas respectivas rubricas de custos e proveitos à medida em que são gerados (Notas 27,51 e 52).
- g) Contas de regularização
As operações de venda e compra de títulos para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente a 31 de Dezembro de 2000, são registadas na rubrica “Contas de regularização” (Nota 27).
- h) Pensões
Dado o Banco não ter subscrito o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, é abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social, não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou complementos de reforma para com os seus empregados.
- i) Valores mobiliários depositados em terceiros
Os valores mobiliários da carteira própria depositados junto de terceiros encontram-se registados ao custo de aquisição.
- j) Empréstimos de títulos
Os títulos objecto de empréstimo são registado na rubrica “Outros activos” pelo seu valor de balanço à data do

empréstimo. As alterações de valor destes títulos, quando provenientes da carteira própria, são reflectidas diariamente na rubrica “Outros activos”, observando-se as regras de valorimetria e de relevação de resultados aplicáveis à carteira de origem, sendo as valias e as provisões registadas nas contas que lhe estão associadas.

- k) Fundo de Garantia de Depósitos
Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 52).

10 - CARTEIRA DE TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2000, a rubrica “Acções e outros títulos de rendimento variável” (na sua totalidade constituída por títulos classificados de negociação e emitidos por não residentes) tem a seguinte composição:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Euro			
		Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de balanço	Valor de cotação
Banco Santander Central Hispano	2.250	0,50	11,36	5.143	5.143
Beni Stabili	70.626.404	0,10	0,52	7.386.718	7.277.892
Banesto	437.151	2,40	14,95	1.309.795	1.258.523
Cepsa	420.465		9,07	775.520	775.520
Telefónica	1.000.000		20,76	3.528.483	3.528.483
Vallehermoso	4.024.335		6,49	5.238.043	5.228.108
Immobiliária Urbis	91.149		4,89	89.318	86.983
Endesa	4.500.000	1,20	19,34	16.374.367	16.374.367
Iberdrola	5.918.650	3,00	15,05	15.840.880	15.840.880
Recoletos	3.020.009		9,19	<u>5.563.496</u>	<u>4.534.876</u>
				56.111.763	54.910.775
Provisões para a carteira de títulos de negociação (Nota 25)				<u>(1.200.988)</u>	<u>-</u>
				<u>54.910.775</u>	<u>54.910.775</u>

Em 31 de Dezembro de 2000, a carteira de títulos (na sua totalidade constituída por acções cotadas em bolsas internacionais) apresentava mais-valias e menos-valias potenciais, registadas na demonstração de resultados, nos montantes de mEsc. 17 e mEsc. 4.920.185, respectivamente, ou na rubrica do passivo “Contas de regularização” (Nota 27.2).

11 - MOVIMENTOS E SALDOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, o movimento ocorrido nas imobilizações corpóreas e correspondentes amortizações acumuladas pode ser resumido como segue:

	Saldos em 31/12/1999			Abates (líquido)	Amortizações do exercício	Saldos em 31/12/2000	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições			Valor bruto	Amortizações acumuladas
Obras em edifícios arrendados	9.069	1.435	3.618	-	907	9.069	2.342
Equipamento:							
.Mobiliário e material	3.886	800	-	-	486	3.886	1.286
.Máquinas e ferramentas	1.371	457	-	-	274	1.371	731
.Equipamento informático	19.947	7.692	3.618	(371)	5.399	22.675	12.572
.Equipamento de transmissão	1.015	141	-	-	101	1.015	242
.Equipamento de ambiente	532	110	63	-	71	595	181
.Material de transporte	19.627	5.229	-	-	4.906	19.627	10.135
.Equipamento de segurança	1.071	214	-	-	137	1.071	351
.Outro equipamento	10	9	-	-	-	10	9
Património artístico	869	181	-	-	109	869	290
	<u>57.397</u>	<u>16.268</u>	<u>3.681</u>	<u>(371)</u>	<u>12.390</u>	<u>60.188</u>	<u>28.139</u>

14 - OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

- 14.1 - Outros créditos sobre instituições de crédito - Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica refere-se a aplicações em Euro, as quais vencem juros a uma taxa anual que varia entre 4,86% e 4,90% e têm vencimento em Janeiro de 2001.

- 14.2 - Créditos sobre clientes - Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica inclui, nomeadamente, créditos em divisas e tem a seguinte composição:

.Telefonica Internacional de España	64.636.800
. Fondo de Titulizacion de Activos Resultantes de la Moratoria Nuclear (garantido pelo Estado Español)	<u>237.537.765</u>
	<u>302.174.565</u>

Os créditos sobre clientes tem prazos residuais de vencimento superiores a um ano e vencem juros trimestrais a taxas de mercado.

18 - DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E PARA COM CLIENTES

18.1 - Débitos para com instituições de crédito - Em 31 de Dezembro de 1999, esta rubrica refere-se a recursos a prazo ou com pré-aviso obtidos junto do Banco Santander Central Hispano, S.A. (Sucursal de Paris e Sucursal de Frankfurt), os quais foram cancelados ao longo do exercício de 2000.

18.2 - Débitos para com clientes - Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica inclui depósitos a prazo em Pesetas efectuados por FFB - Participações e Serviços, Sociedade Unipessoal, S.A. (uma entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano) com prazos de vencimento entre 2002 e 2003 e que vencem juros, liquidados trimestralmente, à taxa variável referida ao MIBOR 3 meses (Notas 27.2 e 52).

22 - PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 22 de Julho de 1998, foi realizado um contrato de empréstimo subordinado entre a FFB - Participações e Serviços, Sociedade Unipessoal, S.A. e o Banco para que a dívida subordinada seja considerada como fundos próprios. O montante do empréstimo não titulado ascende a mEsc. 125.000.000, os juros serão pagos semestral e postecipadamente em Janeiro e Julho de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Lisboa a seis meses acrescida de 0,125 pontos, divulgada pela Reuters nos dois dias úteis anteriores ao início de cada período de contagem de juros, e apenas poderá ser reembolsado após autorização prévia do Banco de Portugal.

23 - RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2000, a rubrica "Compromissos" apresentava os compromissos irrevogáveis do Banco perante terceiros, nomeadamente relacionados com: (i) duas entidades do Grupo Santander Central Hispano assumiram o compromisso irrevogável de ceder ao Banco, em Junho de 2001, as posições contratuais relativas às opções de compra de acções do Banco Rio de la Plata e venda de acções do Banco Santander Central Hispano, S.A., cujos contravalores agregados ascendem a, aproximadamente, 134.369 milhões de Escudos; e (ii) o Banco mantém operações de "swap" de títulos (Nota 27) cujo valor agregado, ao preço de mercado à data do balanço é de, aproximadamente, 138.082 milhões de Escudos.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2000, o Banco tinha os seguintes saldos relativos a outras rubricas extrapatrimoniais:

Operações cambiais a prazo:		
Compras	74.905.416	
Vendas	59.463.248	
Operações de swap de moeda:		
Compras	139.490.942	
Vendas	139.542.216	

25 - PROVISÕES PARA CRÉDITO CONCEDIDO, TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

Durante o exercício de 2000, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Saldos finais
Provisões para a carteira de títulos de negociação (Nota 10)	892.032	1.200.988	(892.032)	1.200.988
Provisões para empréstimos de títulos	-	1.633.285	(1.633.285)	-
Provisões para riscos e encargos	2.338.118	522.701	(2.214.451)	646.368
Fundo para riscos bancários gerais	63.050.000	2.350.000	-	65.400.000
	<u>66.280.150</u>	<u>5.706.974</u>	<u>(4.739.768)</u>	<u>67.247.356</u>

A rubrica "Fundo para riscos bancários gerais" inclui uma provisão de mEsc. 5.400.000 para dar cobertura a eventuais perdas derivadas dos riscos e outras responsabilidades decorrentes da actividade do Banco, de acordo com a política prudente que caracteriza o Grupo Santander Central Hispano. Adicionalmente, inclui uma provisão de mEsc. 60.000.000, constituídos no exercício de 1998 (primeiro exercício do Banco), destinada a fazer face à volatilidade dos mercados e à conjuntura incerta prevista para os exercícios futuros.

27 - CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

27.1 - Contas de regularização - Activo
Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos a receber:		
-Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	31.038	
-Juros de crédito ao exterior	2.303.097	
-Outros proveitos a receber ("Swap" de títulos)	13.480.295	
	15.814.430	
Despesas com custo diferido		808
Outras contas de regularização:		
-Reavaliação da posição cambial a prazo (Nota 3.2)	15.442.168	
-Operações activas a regularizar	17.975	
-Outras	5.960	
Outras contas internas	75.156	
	<u>31.356.497</u>	

27.2 - Contas de regularização - Passivo
Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos a pagar:		
-De depósitos (Notas 18.2 e 52)	377.084	
-De passivos subordinados (Nota 40)	2.823.090	
-Com pessoal	52.414	
-Outros custos administrativos	13.937	
-Outros custos a pagar ("Swap" de títulos)	357.636	
	3.624.161	
Flutuação de valores (Nota 10)		10.715
Outras contas de regularização:		
-Amortização de prémios/descontos em operações de swap de moeda (Nota 3.2)	26.447	
-Operações passivas a regularizar	3.259.904	
	<u>6.921.227</u>	

As operações de venda e de compra de títulos para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas nas rubricas "Operações activas a liquidar" e "Operações passivas a liquidar", respectivamente.

A rubrica "Outras contas internas" inclui essencialmente a posição cambial à vista e a prazo, bem como o saldo das operações cambiais a liquidar, as quais são apresentadas pelo valor líquido. A composição desta rubrica, em 31 de Dezembro de 2000, era a seguinte:

	Dr(Cr)
Posição cambial à vista	75.156
Posição cambial a prazo	(15.390.894)
Operações cambiais a prazo a liquidar	15.442.168
Operações "swap" a liquidar	(51.274)
	<u>75.156</u>

31 - OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

31.1 - Outros activos - Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

Devedores diversos	<u>256</u>
--------------------	------------

31.2 - Outros passivos - Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

IVA a pagar	1.209
Retenção de impostos na fonte	1.662
Contribuições para a segurança social	<u>659</u>
	<u>3.530</u>

34 - EFECTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2000, o quadro de pessoal do Banco é constituído por cinco funcionários.

35 - REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o exercício de 2000, foram atribuídos aos membros do Conselho de Administração remunerações e outros encargos no montante de mEsc. 59.028.

37 - MONTANTE GLOBAL DOS ACTIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2000, o contravalor em Escudos dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira (moedas não integradas na Zona Euro) ascendia a mEsc. 64.672.152 e mEsc. 64.636.800, respectivamente, representando 13,9% e 13,9% do valor global do activo líquido e do passivo do Banco, respectivamente.

38 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, todos os proveitos do Banco foram gerados na Zona Franca da Madeira.

39 - GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

No exercício de 1999, esta rubrica diz respeito aos montantes recuperados pelo Banco referentes aos impostos retidos na fonte quando do recebimento de dividendos.

40 - ENCARGOS IMPUTADOS E PAGOS NO PERÍODO RELATIVOS A PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, o Banco registou custos relativos a juros de passivos subordinados no montante de mEsc. 5.389.479 (Notas 27 e 52).

41 - CARGA FISCAL

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos e, deste modo, as declarações fiscais do Banco dos exercícios de 1996 a 2000 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Dado o Banco estar sediado na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do artigo 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, as suas operações, desde que efectuadas apenas com entidades não residentes em Portugal ou com entidades instaladas nas zonas francas portuguesas, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e outros impostos até 31 de Dezembro de 2011.

43 - CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais do Banco são consolidadas com as do Banco Santander Central Hispano, S.A., as quais se encontram disponíveis na Sede desta instituição em Espanha.

47 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica é integralmente constituída por notas e moedas em caixa.

48 - DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica é integralmente constituída por depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro.

49 - CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2000, o capital do Banco está representado por 25.000.000 de acções, com o valor nominal de mil Escudos cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado. Nesta data, o capital social do Banco era integralmente detido pela sociedade Aljardi SGPS, Lda. (entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano).

50 - MOVIMENTO NAS OUTRAS CONTAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício de 2000, o movimento ocorrido nas outras contas do capital próprio foi o seguinte:

	Reserva legal	Prestações acessórias	Resultados transitados
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	589.837	100.000.000	40.828.956
Distribuição do resultado do exercício de 1999	1.485.682	-	13.371.135
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	<u>2.075.519</u>	<u>100.000.000</u>	<u>54.200.091</u>

Em reunião da Assembleia Geral, datada de 9 de Março de 2000, foi aprovada a seguinte distribuição do resultado líquido do exercício de 1999:

Reserva legal	1.485.682
Resultados transitados	<u>13.371.135</u>
	<u>14.856.817</u>

i) Reserva legal - Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 24/86 de 18 de Fevereiro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva até à concorrência do capital que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Para tal, serão anualmente transferidos para esta reserva o equivalente a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

ii) Prestações acessórias - Em conformidade com os Estatutos do Banco, na reunião do Conselho de Administração celebrada em 28 de Abril de 1998 foi aprovado chamar o accionista único a entrar para o Banco, a título de prestações acessórias, com uma contribuição de mEsc. 100.000.000. Esta contribuição não vence juros e a sua restituição poderá ocorrer em qualquer altura a partir do quinto ano seguinte à data da sua prestação, desde que previamente decidido pelo accionista único e verificados os condicionamentos legais.

51 - JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de disponibilidades	414
Juros de aplicações:	
-Em instituições de crédito no estrangeiro	6.913.615
-De crédito ao exterior	26.172.791
-De empréstimos de títulos	98.097
Swaps de títulos	706.330
Outros juros e proveitos equiparados	4.197
	<u>33.895.444</u>

52 - JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de recursos alheios:	
-De recursos em instituições de crédito no estrangeiro	5.085.675
-De depósitos (Notas 18.2 e 27)	9.904.231
Juros de capitais próprios e equiparados (Nota 40)	5.389.479
Outros juros e custos equiparados:	
-“Swap” de moeda	5.030.437
-“Swap” de títulos	1.510.454
-Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 3.2.k)	6.037
	<u>26.926.313</u>

53 - LUCROS E PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2000, estas rubricas têm a seguinte composição:

Lucros em operações financeiras:	
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	76.612.063
Lucros e diferenças de reavaliação em títulos de negociação	32.864.368
Outros lucros em operações financeiras:	
-“Swap” de títulos	30.399.729
-Outros	209
Lucros e proveitos de operações extrapatrimoniais:	
-Opções em mercado de balcão	107.508
-Opções em mercados organizados	16.139
	<u>140.000.016</u>
Prejuízos em operações financeiras:	
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	77.046.320
Prejuízos e diferenças de reavaliação em títulos de negociação	6.852.291
Outros prejuízos em operações financeiras:	
-“Swap” de títulos	15.835.755
- Outros	169
Custos e prejuízos de operações extrapatrimoniais:	
- Opções em mercados organizados	10.204
	<u>99.744.739</u>

54 - CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica tem a seguinte composição:

Remuneração de:	
-Órgãos de gestão e de fiscalização	59.028
-Empregados	26.273
	85.301
Encargos sociais	5.400
Outros custos com pessoal	39.862
	<u>130.563</u>

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	14,74 cada	14,74;
Duas laudas	16,08 cada	32,16;
Três laudas	26,40 cada	79,20;
Quatro laudas	28,13 cada	112,52;
Cinco laudas	29,20 cada	146,00;
Seis ou mais laudas	35,51 cada	213,06.

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página 0,28

ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	24,31	12,18;
Duas Séries	46,84	23,39;
Três Séries	57,20	28,57;
Completa	66,98	33,46.

A estes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 169/2001, de 4 de Dezembro) e o imposto devido.